Também são meus irmãos Maria Raquel Limão de Andrade

Doutoranda, Docente da ULHT, Lisboa.

*À memória do Dr. Pedro Nuno de Sousa Mendes
filho de Aristides de Sousa Mendes
falecido a 30 de Junho último*

Em *EICHMANN EM JERUSALÉM, Um Estudo sobre a banalidade do Mal*, Hannah Arendt, explora, em 1963, a relação entre a legalidade e a justiça que tantos ideólogos, pensadores e regimes políticos parecem identificar e que, no passado mais recente, foram objecto de acesa polémica por parte de alguns governos totalitários. Justo é, para certos ideólogos e alguns regimes políticos, o que é legal, sendo certo que nem sempre é legal o que é justo e muito menos é sempre justo o que se afirma como legal.

Onde começa e acaba, então, definitivamente, a Justiça? Onde se situa, afinal, o terreno da legalidade?

Que a legalidade e a justiça não coincidem, mas deveriam, pelo menos, coincidir; e que a justiça se impõe sobre a legalidade é o que Aristides de Sousa Mendes procurou demonstrar com o seu exemplo e a sua vida, de modo simples, quase linear, para muitos, inconsciente; para a grande maioria, irresponsável. Como quer que seja, para a História, e na impossibilidade de conciliar os contrários, a conduta de Aristides de Sousa Mendes continua a gerar a controvérsia e a provar que a relação entre a justiça e a legalidade continua a ser transcendente, nos tempos que correm.

Por outro lado, o Cônsul de Bordéus foi, em 1940, um teorizador e um apóstolo da

globalização, no melhor sentido da palavra, tendo-se antecipado, em largas décadas, ao fenómeno da massificação que se vive, hoje, quase à escala mundial.

Foi-o, na medida em que tornou acessível ao maior número de seres humanos o direito à vida, à dignidade pessoal, à fraternidade, à liberdade, à igualdade, opondo-se, embora, aos critérios vigentes da legalidade e da justiça.

Por outro lado, Aristides globalizou o serviço, a solidariedade, os valores universais e intemporais que enriquecem a humanidade e o seu património espiritual. E, a longo prazo, permitiu que a sua memória se associasse à de acontecimentos que se afirmam como irrepetíveis.

Sobretudo, porque eram «irmãos» aqueles que urgia salvar, Aristides de Sousa Mendes é o grande pioneiro de uma concepção de Humanidade segundo a qual “a Terra é a casa do Homem”.

No dia 17 de Junho de 1940, data em que as tropas alemãs invadiam Paris, uma imensa multidão de fugitivos, vindos da Bélgica, Holanda, França ocupada e outros países europeus, já dominados pela Alemanha, aguardava, em frente do Consulado de Portugal, em Bordéus, uma decisão do Cônsul Aristides de Sousa Mendes.

Durante três dias, travara este diplomata

ao serviço do Estado Português uma luta de morte. Digladiado entre forças contrárias, irreduzíveis, vivera um estado de prostração e de febril ansiedade. Que fazer? Seguir os imperativos de ordem política e profissional que lhe impunham obediência, e não conceder vistos de trânsito a toda aquela multidão, “sem prévia consulta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros”¹? Ou seguir os ditames da sua consciência e acorrer a esses seres necessitados, perseguidos pelo infortúnio e que procuravam angustiosamente escapar ao horror de novas perseguições? Seguir à letra o imposto pela Circular nº 14 de 11 de Novembro de 1939, que proibia os cônsules de carreira conceder vistos consulares sem prévia consulta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros? Ou salvar todo um sem-número de homens, mulheres e crianças, judeus ou seres de outras raças e credos, na iminência de serem submetidos aos campos de concentração alemães?

Aristides de Sousa Mendes saíra, porém, desse estado de prostração, mais forte e determinado. Caldeado que fora na batalha implacável entre o cumprimento do dever e a consciência, a sua determinação estava, agora, robustecida por uma certeza. “Todos eles são seres humanos e o seu estatuto na vida, religião ou cor são totalmente irrelevantes para mim”², declarava Aristides Mendes, alguns meses mais tarde, ao evocar esses dias. E acrescentava, consciente da sábia opção por que se inclinara: “O meu desejo é mais estar com Deus contra o Homem do que com o Homem contra Deus”³.

Na verdade, o Cônsul de Bordéus revelava-se o humanista cristão para quem servir o Homem correspondia à verdade que reconcilia e apazigua e privilegia o universal ao particular, a justiça à legalidade.

O Rabino Krugger, que o cônsul recebera em sua casa e que ali permanecia com a família, havia cinco dias, pressionava-o. As estradas de França estavam cheias de refugiados que fugiam à fúria devoradora dos exércitos alemães... E as tropas inimigas não tardariam em atingir o Sul de França... E, sobretudo, todos aqueles milhares de refugiados que aguardavam uma decisão sua sofriam a inquietação, o desespero, a falta de alojamento, a fome.

De facto, o Rabino não pedia vistos só para si e para a sua família. Apontava a imensa multidão de refugiados que aguardava em frente do Consulado Geral de Portugal em Bordéus: “São meus irmãos!”.

Nesse momento, o Cônsul português, profundamente avisado, consciente das consequências que a sua acção iria desencadear, mas animado pelos valores cristãos em que fora educado, decidira-se: “Também são meus irmãos!”.

Era a adesão ao **serviço**, vocação intrínseca, universal, do ser humano, fonte de contradições: paradoxalmente, fonte de energia inexaurível e pacificadora e ocasião de dolorosas confrontações. Aristides de Sousa Mendes escolhera “salvar toda aquela gente cuja aflição era indescritível” e punha, acima de todas, a obrigação moral, o impulso humanitário que o tornaria um pária, banido da vida activa, mas herói. Quase sempre, é a História que faz justiça...

Não se sabe com exactidão o número de vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes, sem prévia autorização do seu Ministério, durante os dias 17 e 24 de Junho, embora as hipóteses mais correntes apontem para trinta mil. Sabe-se, porém, que, já antes de 17 de Junho, a afluência ao Consulado, para pedido de concessão de vistos era

grande, e que Aristides se revelara o cônsul responsável, que cumpria com rigor todas as instruções do seu Governo. É o próprio Cônsul que relata, na defesa que fez de si, no processo disciplinar que lhe foi instaurado, datado de 10 de Agosto de 1940: “Desde que começou a afluência de pedidos de visto (algumas centenas diariamente) não se fazia outra coisa na Chancelaria senão atender esses pedidos. O serviço começava às 9 horas da manhã e muitas vezes mesmo antes e prolongou-se durante várias semanas até à 1 e 2 horas da madrugada. Os interessados viam-se na necessidade de esperar as respostas aos telegramas em que se faziam os seus pedidos ao Ministério. Daí a sua inquietação e impaciência e a pressão que sobre mim exerciam, ao passo que as tropas alemãs se aproximavam.”⁴

Apesar disso, e salvo um ou outro caso que o cônsul ressalva, na defesa que dirige a Salazar - que detinha também a pasta dos Negócios Estrangeiros - Aristides de Sousa Mendes cumpria com rigor as instruções de Lisboa: “Em todo o caso posso asseverar a V. Ex.^a que nenhum visto concedi até data posterior a 29 de Maio que não tivesse sido previamente autorizado ou justificado de qualquer forma em face das instruções do Ministério”⁵.

Mas, com a invasão de Paris pelas tropas de Hitler, o perigo para os refugiados tornava-se iminente. Era urgente chegar ao único país na Europa que oferecia segurança, por proporcionar passagem para novos mundos, mundos de liberdade e de acolhimento. Portugal era, por isso, “Porto de Abrigo”, imagem que se foi criando em Bordéus, à medida que milhares de refugiados se iam escoando e encontrando acolhimento em Lisboa ou outras localidades do país.

Tendo contrariado as instruções do seu Governo, Aristides de Sousa Mendes decidiu, por sua conta e risco, permitir a entrada em Portugal de “indesejáveis”, refugiados encurralados entre os exércitos alemães e os Pirinéus. Por isso, durante três dias – 17, 18 e 19 de Junho de 1940 – concedera, sem descanso, com o filho, José, e o secretário do consulado, José Seabra, vistos de trânsito a milhares de refugiados, fugitivos, oficiais dos exércitos dos países ocupados (austriacos, checos, polacos) que seriam fuzilados como rebeldes, ou submetidos a campos de concentração; intelectuais eminentes, artistas de renome, homens de Estado, diplomatas, industriais, comerciantes e toda uma multidão de judeus, com mulheres e crianças desejosos de escapar à crueldade teutónica.

Para agravar a situação, de Baiona, o Cônsul Faria Machado telefonava constantemente, com urgência, a expor as dificuldades em que se encontrava em vista dos milhares de pessoas que assediavam a Chancelaria a seu cargo, à espera que lhe fossem concedidos os vistos. Expedia telegramas sobre telegramas ao Ministério a solicitar autorização para visar os passaportes. Perante a demora de Lisboa, Faria Machado apelava aflitivamente para a intervenção do cônsul de Bordéus. Era urgente resolver a situação, até porque um verdadeiro pânico se tinha apoderado do sudoeste de França e que se traduzia em cenas patéticas com as notícias da derrota das tropas francesas e do avanço dos exércitos alemães. Nessa conjuntura excepcionalmente grave, considerava Sousa Mendes um dever de consciência responder ao apelo do cônsul de Baiona. Por isso, ali se deslocou para fazer a única proposta que lhe parecia justa: a concessão de vistos a todos quantos quisessem chegar a Portugal. Ali o

foi encontrar o Embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Teotónio Pereira que toma providências prontas e redige um telegrama a informar o MNE da desorientação que “causou grande impressão lado espanhol, esboçando-se logo campanha política contra Portugal acusando-se nosso país de dar acolhimento à escória dos países democráticos e elementos vencidos em fuga perante vitória alemã”⁶

Não é difícil prever as consequências: no dia 4 de Julho de 1940, é instaurado um processo disciplinar ao Cônsul de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, e ditada a suspensão das suas actividades, durante um ano. Nunca mais viria a ser reintegrado.

A sua reabilitação oficial, por proposta do deputado Jaime Gama, teria lugar a 19 de Março de 1988, 34 anos após a sua morte. A 16 de Abril, o *Diário da República* publica o diploma de reintegração póstuma de Aristides de Sousa Mendes na carreira de diplomata, com promoção a Embaixador.

Manuela Franco, ao apresentar a exposição patente ao público na Biblioteca Nacional, refere que as razões de Aristides são “razões de humanidade”. As posições foram extremadas, é certo, uma vez que desobedeceu. Contudo, em épocas de crise de valores, a desobediência é uma questão de discussão complexa.”O cortejo de horrores do século XX mostrou que a mente humana é programável colectivamente e que os homens são capazes de fabricar um mal incalculável”⁷.

Aos homens cabe também a possibilidade de fabricar o Bem que fecunda e é, por natureza, discreto e eloquente, no seu silêncio, e universal e global, na sua dimensão.

Referências

- ¹ Circular nº 14 de 11 de Novembro de 1939, in Exposição Documental (*Catálogo/Set de 2004, A Acção humanitária de Aristides de Sousa Mendes, na II Guerra mundial*, p.73)
- ² Aristides de Sousa Mendes, in Exposição Documental (*Catálogo/Set.de 2004 A Acção Humanitária de Aristides de Sousa Mendes, na II Guerra Mundial*, p.11)
- ³ *Ibidem*.
- ⁴ “Defesa de Aristides de Sousa Mendes no processo disciplinar que lhe foi instaurado, datada de 10 de Agosto de 1940”, *op. cit.*, pp.87-88.
- ⁵ *Idem*, p. 87.
- ⁶ “Depoimento do Embaixador Pedro Teotónio Pereira como testemunha de acusação no processo disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, em 26 de Julho de 1940”, in *op. cit.*, p.84.
- ⁷ Manuela Franco, *op.cit.*, p.19.